

A evolução do ensino superior e a importância do fies no Brasil

The evolution of higher education and the importance of fies in Brazil

Wallber Moreno da Silva Lima¹, Patrício Júnior Henrique da Silveira², Maria Amanda Laurentino Freires³, Wyara Ferreira Melo⁴, Vicente Saraiva dos Santos Neto⁴, Felipe Venceslau Silva de Almeida⁴, Agílio Tomaz Marques⁴ e Jardenia Mayara da Silva Nogueira⁴

RESUMO: O presente estudo objetiva esclarecer dúvidas a respeito da evolução do ensino superior no Brasil e saber como o fundo de financiamento estudantil (FIES) se tornou fundamental para as graduações. Nesse sentido, faremos um flashback do contexto histórico do ensino superior no Brasil. Trata-se de uma revisão de cunho bibliográfico com abordagem qualitativa, advinda de um estudo descritivo. Foram utilizadas como fonte de pesquisa de artigos científicos, as seguintes bases de dados: *Scientific Eletronic LibraryOnLine* (SCIELO) e o Ministério da Educação, pois compreendem um grande número de publicações na área estudada. O estudo permite entender o processo evolutivo do Ensino Superior e seus avanços, sendo este, um incentivo para a construção desse trabalho, no qual passamos a questionar de que forma o governo contribuiu ao longo das décadas, e saber se essas contribuições foram importantes para o surgimento de sistemas que colaboram cada vez mais para o ingresso de estudantes em Universidades, assim como o FIES, além de buscar esclarecer como surgiu este fundo de financiamento, e como este funciona para um grupo específico na sociedade, que são os estudantes que estão se preparando para iniciar sua vida acadêmica em faculdades particulares. O estudo permite afirmar que o FIES é um investimento que resultará na propagação de novas descobertas, de solução de novos problemas, de estudos direcionados para a melhoria de todo um povo.

Palavras-chaves: FIES. Ensino Superior. Financiamento.

ABSTRACT: This study aims to clarify doubts about the evolution of higher education in Brazil and to know how the student financing fund (FIES) became fundamental for undergraduate students. In this sense, we will flashback to the historical context of higher education in Brazil. It is a review of the bibliographic nature with a qualitative approach, arising from a descriptive study. The following databases were used as a source of research for scientific articles: *Scientific Eletronic LibraryOnLine* (SCIELO) and the Ministry of Education, as they comprise a large number of publications in the studied area. The study allows us to understand the evolutionary process of Higher Education and its advances, this being an incentive for the construction of this work, not which we started to question how the government contributed over the decades, and whether these contributions were important for the emergence of systems that collaborate more and more for the entry of students in Universities, as well as FIES, in addition to clarifying how this funding fund came about, and how it works for a specific group in society, which are the students who are preparing to start your academic life in private colleges. The study allows us to affirm that FIES is an investment that will result in the propagation of new discoveries, the solution of new problems, studies aimed at improving an entire people.

Keywords: FIES. Higher education. Financing.

¹Enfermeiro graduado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e-mail: wallber_999@hotmail.com <https://orcid.org/0000-0002-2343-4210>

²Enfermeiro, Especialista em CIH pela Faculdade Método de São Paulo (FAMESP). Email: henriquesilveira@uol.com.br <https://orcid.org/0000-0001-8559-4845>

³Enfermeira, Pós-graduanda em Obstetrícia e Neonatologia pela FSM, e-mail: m.amandafreires@hotmail.com

⁴ M. Sc. Pelo PPGSA/CCTA/UFCEG Campus de Pombal – PB, Brasil: Doutoranda no PPGE/UFCEG, e-mail: wyara_mello@hotmail.com <https://orcid.org/0000-0001-7054-4060>; Faculdades Integradas do Ceará: UniFIC E-mail: vicentesaraiva23@gmail.com <https://orcid.org/0000-0003-2826-6719>; Faculdades Integradas do Ceará UniFIC E-mail: felipevenceslau89@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-6699-922X> Mestrando Bacharel em Direito TJ/PB. E-mail: agiliotomaz@hotmail.com <https://orcid.org/0000-0001-8364-5063> e Mestranda no PPGSA/UFCEG, e-mail: Jardeniamaiarabv@gmail.com: <https://orcid.org/0000-0001-8463-8500>

INTRODUÇÃO

A educação teve início no Brasil no período colonial em 1549, a partir da criação da escola pelos jesuítas, que acreditavam que não seria possível converter os índios sem que eles soubessem ler e escrever. Assim, a expulsão dos jesuítas ocorrida no século XVIII desorganizou o sistema de ensino já existente (CAVALCANTI; ANDRADE; MOURA, 2009). A evolução da educação no Brasil é bastante intensa, desde o período colonial quando Dom Pedro II mantinha o país em um bom controle financeiro.

O ensino superior mantinha limitações para as profissões liberais em instituições enclausuradas de tempo parcial. E assim, seguiu o desenvolvimento desse nível de educação. Houve inúmeros projetos de Universidades, grandes reformas e também represálias, até que a Universidade deixou de ser menos notável do que merecia ser. No entanto, as necessidades de pesquisadores e de pesquisas ganharam força no fim do século XIX e início do século XX, e com isto, a Universidade se tornou protagonista mais uma vez (SANTOS, OLIVEIRA e MICHALOSK, 2020)

A Universidade se predominava perante o Estado, onde ganhou autonomia em diversos níveis, sendo necessário limitar o poder do estado dentro dela. Foi na Era Vargas que surgiu a “Reforma Francisco Campos”, que levou o nome do primeiro ministro da educação. Vargas decretou uma lei que descrevia como a Universidade deveria ser, isto é, o ensino superior só poderia advir apenas de uma Universidade, logo em seguida surgiria uma faculdade de Educação, Ciências e Letras e o sistema teria duas modalidades, o sistema universitário e o instituto isolado (LIMA, et al, 2015; 2018).

No entanto, todo esse processo era extremamente lento, o crescimento não era nada tão significativo desde quando esse ensino superior surgiu. Anos mais tarde esse sistema de ensino ganhou um pouco de força. Em 1945 já com o surgimento de Universidades Federais, cada estado tinha o direito de ter a sua própria instituição federalizada. E assim se caminhou, surgiam movimentos na década de 50 pelas reformas. Aumentava a tensão nos setores industriais e nos centros urbanos. Era necessário ampliar o ensino de grau médio, o que de imediato criava novos indivíduos que ansiavam pelo ensino superior.

Foi na década de 60 que o diploma se tornou peça chave para a garantia de acesso ao mercado de trabalho, uma boa qualificação e ocasionalmente a uma vida mais estável financeiramente. Toda essa progressão obteve muita força na década de 70. A taxa de inscritos em universidades era cada vez maior. E no final dessa década foi que se efetivou a reorganização de

movimentos estudantis e de outros grupos de sociedade civil. No final da década de 80 foi que muitos passaram a perceber que as lacunas que debilitava a Universidade iriam além dos problemas técnicos, mas acima de tudo o que mais lhe abria falhas eram os processos políticos e acadêmicos.

Para Almeida (2015), nos últimos 20 anos a educação superior no Brasil viveu o seu período de maior expansão no número de instituições e de matrículas. Esse fenômeno teve seu marco legal com a Constituição Federativa do Brasil de 1988 e tem uma série de documentos legais que o fundamentam e validam, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os Planos Nacionais da Educação (PNE), uma vez que, estes documentos geraram políticas públicas educacionais que tinha a finalidade de atingir as metas propostas, possibilitando garantir a um maior número de cidadãos o direito à educação superior.

A democratização do ensino superior é uma reivindicação histórica da nossa sociedade, o que por sua vez, exige que haja a criação de políticas públicas que não apenas garantam o acesso dos estudantes, como também que ofereçam condições para sua permanência com qualidade. Pensando nisso, a criação do FIES objetiva propagar e contribuir para a ampliação do acesso à educação superior a todo País, haja vista possuir quantidade de agências equivalente ao dobro da quantidade de agências da CEF. O programa tinha como agente financeiro exclusivo a Caixa Econômica Federal. A partir de agosto de 2010, o Banco do Brasil passou a compartilhar a função de agente (COSATE; SALERNO, 2013).

Mediante tudo que foi abordado, o estudo objetiva esclarecer dúvidas a respeito da evolução do ensino superior no Brasil e saber como o fundo de financiamento estudantil (FIES) se tornou fundamental para as graduações.

Foi utilizada como procedimentos metodológicos, uma abordagem descritiva associada a um estudo bibliográfico, advinda da seleção criteriosa de artigos científicos de base de dados como: Scientific Electronic Library OnLine (SCIELO) e o Ministério da Educação.

Segundo Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa bibliográfica define-se como sendo o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

A análise dos dados foi realizada através da observação dos textos e dos sites direcionados à evolução

do ensino superior, bem como a importância do FIES no Brasil, a fim de identificar sua trajetória e de forma a compreender a relevância do programa para todo o sistema de ensino superior. A partir da análise dos dados foi possível identificar que o FIES, como um programa de inclusão social, sendo essencial para a garantia da execução do direito fundamental a educação.

Condições de oferta da educação superior no Brasil

A LDB de 1996 tenha estabelecido mudanças estruturais na educação superior, porém, muito ainda precisa ser melhorado. Segundo Nascimento et al. (2012) nota-se que a política neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso propiciou o início da expansão das universidades particulares e por outro lado provocou o sucateamento das universidades públicas e o governo Lula permitiu a continuidade desse processo e o que se vê hoje são inúmeras universidades formando profissionais com pouco conhecimento. O que por sua vez, pode ter sido caracterizado pelo salto quantitativo, porém, com certa regressão qualitativamente (SALVIANI, 2010).

Com base em Bittar; Bittar (2012), comente após Luiz Inácio Lula da Silva assumir a presidência da República, em 2003, ele propôs uma de suas medidas de maior impacto socioeducacional, ampliar o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que abrange a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Além de o Estado investir mais em educação básica com o objetivo de melhorar a sua qualidade, o governo Lula também investiu mais na educação superior pública, especialmente no que diz respeito ao acesso, entendido como estratégia de inclusão de camadas com menor poder aquisitivo, a esse nível de ensino.

Nas últimas décadas o sistema de educação se ampliou bastante. A libertação dessa esfera acaudilhou essa expansão às empresas privadas. No entanto, esse investimento ainda era insuficiente para suprir a grande necessidade de que o jovem brasileiro tivesse acesso ao ensino superior equiparado aos países vizinhos. O que logo providenciou outra ação que estabelecesse mais um alargamento de oportunidade, o nascer de duas instituições os IES públicos (IFES e parte dos IES estaduais) e os IES particulares (que além das demais se inclui os IES municipais). Outro detalhe que chamou atenção da necessidade de acessibilidade foi de que as Instituições privadas chegaram a certo limite de mais de milhões de vagas ofertadas e não obtinham um número agradável de preenchimento. O que resultou num confronto de mercados. A elevada necessidade por recursos públicos também contribuiu enormemente para essa ociosidade de vagas nas universidades privadas (BRASIL, 2010).

A educação superior deve estar destinada a todos indistintamente. Deve ser tratada como prioridade básica dos direitos sociais deixando claro e evidente de que o ensino de nível superior deve ser a expressão de uma sociedade democrática e multicultural, onde se pode cultivar o pensamento livre, solidário e de respeito mútuo para com todas as diferenças existentes (SAIVIAN, 2010;).

Nesse sentido, Silva (2019), argumenta que a política educacional se situa no contexto das políticas sociais, ou seja, são formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social. Com isso, o financiamento do Ensino Superior, como parte da política educacional, será necessário considerar o modo de ser do Estado brasileiro e o tipo de interferência que promove nas situações de desigualdades educacionais, verificando se esta atuação favorece ou não a alteração das relações sociais em favor da maioria. (MOURA, et al 2015)

O fundo de financiamento estudantil (FIES) no Brasil e sua importância para o corpo estudantil

O debate acerca do financiamento da educação superior no Brasil trata da viabilidade da autonomia financeira das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). No limite, questiona-se em que medida essas instituições teriam potencial de geração de recursos próprios em substituição àqueles tradicionalmente aportados pelo Estado. As IES públicas têm buscado alternativas variadas de captação de recursos como forma de complementar o orçamento do Tesouro (TESCH, 2020).

A prestação de serviços, a comercialização de bens e os projetos de cooperação têm sido formas bastante utilizadas por essas instituições na geração de receitas. Apesar de o autofinanciamento estar sendo praticado em todo o país, esse instrumento tem sido objeto de críticas frequentes, sob o argumento de que se constitui no primeiro passo para a privatização da educação superior pública (MATURANA, 2019). Em contrapartida, há os que defendem a geração de recursos próprios como importante fonte alternativa de financiamento para assegurar a sobrevivência da educação superior pública e gratuita (CORBUCCI, 2004).

Não seria primeira vez que o Governo Federal tenta ter iniciativa de crédito estudantil. De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2017), o ensino superior no Brasil teve grande impulso a partir de 1970 com o aumento de recursos orçamentários para a ampliação das Universidades Federais, com a formulação de políticas para promover a ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil (PAULA, 2018). No ano de 1975 no dia 23 de agosto foi criado o Programa de Crédito Educativo (CREDUC). Logo nos anos iniciais o programa manteve sua operação

com recursos advindos do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e também de bancos comerciais. Mais adiante o programa passa por uma reforma pela Lei 8.436/92 e o Ministério da Educação e Cultura – MEC toma de conta, supervisionando e administrando o CREDUC. Em 1993 houve outras reformulações e a Caixa Econômica passa a ser o único órgão financeiro responsável. Foram adquiridas novas condições de financiamento e foi restringido o acesso dos estudantes carentes de instituições privadas ao programa (SOUTO, 2019).

Por fim o CREDUC por ter tido uma má administração financeira, por ter subsidiado a sua taxa de juros, a correção monetária em épocas de grande elevação de inflação em conjunto com o descumprimento dos alunos, o Crédito Educativo teve sua carteira pendurada. E assim, em 1999 surgiu o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), com o objetivo de financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos superiores presenciais, não gratuitos e com avaliação positiva nos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2017).

O FIES fora criado para atuar como sufrágio financeiro aos estudantes regularmente matriculados em cursos superiores em Instituições de Ensino Superior Privado, e que esses IES tivessem aprovações do MEC. Segundo Silva; Santos (2017), o FIES consiste num apoio financeiro que subsidia a graduação de estudantes matriculados em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas com conceitos positivos no Exame Nacional de Cursos (ENC), também conhecido como Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Com esse programa, o estudante pode financiar seu curso por meio de menores parcelas e empo maior para pagar as mensalidades da IES (NÜSKE, 2020).

A Lei 10.260/2001, o candidato teria que está devidamente matriculado no IES, sem que pudesse se ausentar durante 1 ano e ter um desempenho acadêmico e aprovação de 75% nas disciplinas cursadas. De início o programa admitiu financiamento de até 70% do valor da mensalidade cobrada de acordo com cada Instituição (MIRANDA e AZEVEDO, 2020). Em 2005 essa porcentagem caiu para apenas 50% e em 2007 de acordo com a Lei 11.552 do mesmo ano essa porcentagem chegou a 100% do financiamento. Os alunos de mestrado e doutorado também puderam usar desse benefício perante a Lei 11.552/2007, claro que o financiamento é liberado para esses outros depois de atender o foco prioritário (BRASIL, 2007).

Com base em Almeida (2015), em 2013, as instituições privadas contaram com 5,3 milhões de alunos. Foram 1,9 milhões de estudantes com financiamento pelo FIES, correspondendo a 35% do total de alunos das instituições privadas. Comparando com o número total de alunos no ensino superior (instituições públicas e privadas), que foi de 7,3 milhões, o FIES atendeu a 26% deste universo tornando legítima a sua importância no acesso e permanência dos jovens no ensino superior.

Almeida (2015) ainda ressalta que as novas condições, bem mais fáceis de atender, fizeram o Fies expandir o número de estudantes beneficiados. É clara a vinculação entre as mudanças no programa e as metas do PNE a serem alcançadas. Nos primeiros três anos o acréscimo fez o número de contratos dobrar ano a ano, no entanto, o crescimento ocorreu em troca das regras que poderiam dar uma maior segurança ao adimplemento dos contratos, o que pode comprometer a viabilidade do programa (ALVES, 2019).

Com base nessa discussão, de Salerno em (2013), acrescenta que o crédito educativo se tornou fundamental para aqueles que desejam ingressar em uma vida acadêmica. Os motivos para essa importância toda não são nem um tanto misteriosos, a decadência econômica da grande maioria já é um fator muito forte quando está atrelada a vontade de estudar e de ter uma vida melhor (CABRERA, 2020).

Barroso em (2020). Utilizando microdados do Censo da Educação Superior do INEP para estimar modelos de aferição de impacto causal por meio da estratégia de Diferenças em Diferenças (Di-D), usando duas modelagens e diferentes grupos de controle, esta dissertação visa enriquecer os escassos estudos existentes de avaliação do FIES nesse período, fazendo um balanço do seu efeito sobre o número de matrículas e sobre a taxa de evasão. Foram encontradas evidências de que o financiamento estudantil levou a um aumento de 32% no número médio de matrículas nos cursos com FIES, relativamente aos que não o possuíam, podendo variar no intervalo entre 25% e 37%, dependendo do grupo de controle escolhido. Isso representou, aproximadamente, entre 350 mil e 530 mil matrículas do aumento de 900 mil ocorrido no sistema entre 2009 e 2014.

CONCLUSÃO

Neste sentido, este trabalho buscou apresentar uma abordagem da evolução do ensino superior e a importância do FIES no Brasil, demonstrando que mesmo com os avanços adquiridos, os desafios ainda são pertinentes, se fazendo presentes em assegurar os estudos nos níveis superiores de ensino.

Anteriormente, tudo era mais difícil, já que a falta de recursos não permitiria ingressar em uma universidade. À vista disso o FIES se tornou uma porta para um futuro melhor, uma esperança nos estudos com uma possibilidade de alcançar os objetivos pessoais.

Diante dessa breve discussão, a qual cabe inúmeros questionamentos e aprimoramentos, pôde-se ter um vantajoso esclarecimento sobre o contexto histórico do surgimento da educação superior no Brasil, e da educação superior privada. Na qual, foi permitido entender que o caminho para inúmeros futuros ainda sim é árduo, longínquo, trabalhoso, mas não impossível.

A necessidade que o Governo Federal se proponha a enxergar que o futuro de uma nação nasce da prioridade de formação de profissionais bem formados e

de pesquisadores altamente capacitados é inquestionável, e deve ser repensado mutuamente, diariamente, semanalmente e mudado anualmente, porque os avanços são os questionamentos do ontem e a realização do amanhã. Abrir portas para quem tem vontade e desejo de mudar o hoje nunca foi e nunca será um investimento e tempo perdido, mas sim uma conquista evolutiva.

Conclui-se que o FIES é um investimento que resultará na propagação de novas descobertas, de solução de novos problemas, de estudos direcionados para a melhoria de todo um povo, e não ser visto apenas como um empréstimo bancário da qual só se espera retorno monetário, sem se importar com o destaque da evolução do conhecimento médio – técnico – científico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvana Santos. **Importância do FIES na garantia do direito ao ensino superior**. XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU. Argentina, dez., 2015.

ALVES, Danubia Fernandes. O impacto do financiamento estudantil- FIES nas metas 12 e 20 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Dissertação UNB. BRASÍLIA - DF 2019. 125p.

Barroso, João Luis Tenreiro. Contribuição do FIES para a expansão do ensino superior brasileiro / João Luis Tenreiro Barroso. - 2020. 75 f

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, jul-dez., 2012.

BRASIL. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em 30 out. de 2016.

_____. **Lei n. 8.212, de 25 de junho de 1992**. Dispõe sobre a institucionalização do Programa de Crédito Educativo para alunos carentes. 1992.

_____. **Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_lei10260.pdf>.

_____. Funda Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. **Histórico**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/area-para-gestores/dados-estatisticos/item/4752-hist%C3%B3rico>>.

_____. Lei n. 11.552, de 19 de novembro de 2007. **Altera a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies**. Ministério da Educação: Brasília, 2007.

_____. Lei n. 12.202, de 14 de janeiro de 2010. Dispõe Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES. Disponível em. Acesso em: 30 de out. de 2016.

FÁVERO M. L. A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. 2006.

CAVALCANTI, Márcia Molina; ANDRADE, Carlos Drummond de; MOURA, Johnson Pontes de. **Estudo da política da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil**. Conteúdo Jurídico. 2009.

CABRERA, Julio. Pátrias e exílios: pensando desde “América Latina”: ensaios metafilosóficos de política intelectual. Florianópolis: Ed. do Autor, 2020. 213 p.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do estado ao projeto de reforma. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-701, Out., 2004.

COSATE, Valéria Moraes; SALERNO, Soraia Kfour. **FIES: estímulo à iniciativa privada e/ou instrumento de democratização do acesso ao ensino superior? II Jornada didática e I Seminário de pesquisa CEMAD**, set., 2013.

LIMA, E. G. S., MALANGE, F. C. V., & BARBOSA, V. A. (2015). Políticas de expansão da Educação Superior implantadas pelo Estado brasileiro: reflexões sobre a democratização. In Anais do XIII Seminário da rede Universitas/Br (p. 1032- 1050.). Belém, PA: Universidade Federal do Pará.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos , MALANGE Fernando Cezar Vieira e BORGES, Luiz Francisco. Implicações do SiSU no processo de democratização do acesso à educação superior: o caso da Unemat. **Acta Scientiarum. Education**, v. 40(1), e37198, 2018

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOURA. Ante Henrique e LIMA FILHO, Domingos Leite Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira Rev. Bras. Educ. vol.20 no.63 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2015

- MIRANDA, Paula Roberta e AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Fies e Prouni na expansão da educação superior brasileira: políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil? Educ. Form., Fortaleza, v. 5, n. 3, e1421, set./dez. 2020
- MATURANA, André Vinícios Koltermann. Efeitos socioeconômicos da implantação da moeda Palmas no conjunto habitacional Palmeira, em Fortaleza (CE) / André Vinícios Koltermann Maturana. – Ijuí, 2019. 126 f. ; il. ; 30 cm.
- NÜSKE, Mauro Alberto. Políticas públicas de ingresso e permanência no ensino superior: repercussões sociais aos estudantes e graduados das Instituições Comunitárias de ensino superior na região fronteira noroeste do Rio Grande do Sul / Mauro Alberto Nüske. – Ijuí, 2020. 164 f.
- NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do campo e a teoria crítica em Gramsci**. 2009.
- OLIVEIRA, Z. R. B. CARNIELLI B. B. L. **Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES): visão dos estudantes**. 2010.
- SAMPAIO, H. **Evolução do Ensino Superior Brasileiro: 1808 -1990**. 1991.
- PAULA, Camila Henriques de. A influência do reuni sobre o desempenho das instituições federais de ensino superior Dissertação da UFV Viçosa Minas Gerais - Brasil 2018. 129p
- SOUTO, Fernanda Peixoto S728a Uma análise comparativa dos programas de crédito ao ensino superior brasileiro e colombiano / Fernanda Peixoto Souto – Brasília: IPEA, 2019. 106 f. : il.
- SILVA, Adriano Maniçoba da; SANTOS, Beatriz Carolini Silva. Eficácia de políticas de acesso ao ensino superior privado na contenção da evasão. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 22, n. 3, Sept./Dec., 2017.
- SANTOS, Edicleia Aparecida Muniz dos; OLIVEIRA, Jair de; MICHALOSK, Ariel Orlei. Usabilidade da gestão de projetos em ações de extensão em universidade pública federal: mapeamento, desafios e oportunidades. Em Extensão, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 32-53, jan.-jun. 2020.
- SILVA, Samara de Oliveira. **Política educacional para o ensino médio na rede estadual do Piauí: limites do atendimento e das condições de ofertapara a garantia do direito à educação no contexto do FUNDEB**. 2019. 281p. Tese [Doutorado]. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.
- SALVIANI, Dermeval. Organização da educação nacional: sistema e conselho nacional de educação, plano e fórum nacional de educação. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-787, jul.-set. 2010s
- TESCH. Bruna Fernanda. **CRISE político-econômica e o impeachment de Dilma Rousseff: impactos nas condições do ensino superior público brasileiro**. Universidade federal de uberlândia. Uberlândia 2020, 103p